



A força da greve impediu aprovação do regime de subsídio, mas o Governo impôs uma derrota econômica aos servidores

É fundamental que as reuniões de REs e do Conselho façam um rigoroso balanço da greve

A greve dos trabalhadores da Educação do município de São Paulo concluiu no dia 28 de março. Foram 21 dias de paralisação com uma pauta de reivindicações justa: reajuste salarial de 39% e melhores condições de trabalho e ensino.

Durante esses 21 dias acompanhamos passo a passo o desenvolvimento do movimento grevista. A intransigência do prefeito Ricardo Nunes/MDB em atender as reivindicações obrigou os trabalhadores a manterem a greve. Propôs míseros 2,16% de reajuste salarial e em nenhum momento se propôs a dar solução aos problemas cotidianos das escolas, com salas superlotadas, obras intermináveis, atendimento adequado aos alunos com deficiência etc. Muito pelo contrário, condicionou o aumento salarial à política nefasta de subsídio. Ou seja, pretendia atrelar o aumento salarial à retirada de direitos históricos conquistados pela classe como a evolução na carreira, o quinquênio e a sexta parte. Mantendo, ainda, o confisco sobre os aposentados, com a taxa de 14%. Acertadamente, a classe rejeitou unanimemente essa política de destruição da carreira. Essa foi uma vitória parcial do movimento.

Por outro lado, o ultradireitista Nunes enviou rapidamente o PL 155/24 para a Câmara dos Vereadores, com o rebaixado reajuste e sem uma letra sequer sobre as condições de trabalho. Como já era de se esperar, os vereadores de sua base, subservientes à política de destruição dos serviços públicos, aprovaram com ampla maioria o PL. Esse fato constituiu uma derrota econômica da nossa greve.

Era possível obter mais conquistas. É necessário reconhecer a importância do caráter defensivo da greve, principalmente em relação à questão dos subsídios. Mas, uma greve ativa e com a mais ampla unidade do funcionalismo e dos trabalhadores em geral seria capaz de modificar a correlação de forças e obrigar o governo a atender as reivindicações do movimento.

A luta por valorização salarial e melhores condições de trabalho permitia a unidade do movimento e, conseqüentemente, seu fortalecimento. Mas não foi isso que aconteceu. As direções sindicais se encastelaram em dois blocos: de um lado, o Fórum das Entidades e do outro, a Coeduc. Esta última se constituiu como uma frente do Sinpeem, Sedin e Sinesp, ou seja, com servidores apenas da Educação – uma política claramente corporativista e divisionista. Até a última assembleia, no dia 28/3, mesmo ocupando o mesmo local, ou seja, em frente à Câmara, prevaleceu o divisionismo. O enfraquecimento do movimento permitiu ao governo agir rapidamente e manter sua rebaixada proposta de reajuste, com o aval dos vereadores. Com certeza, com o funcionalismo unificado, em greve, e com a participação dos demais trabalhadores, que utilizam os serviços públicos, poderíamos sair vitoriosos em nossas reivindicações econômicas.

A Corrente Proletária na Educação atuou em todas as assembleias, manifestações de rua e, quando permitido pela burocracia sindical, no caminhão de som, fazendo a proposta da unidade do funcionalismo público. Nas escolas, com os comandos de greve, convocando os pais, mães e responsáveis para apoiarem e participa-

rem do movimento. Expressou a bandeira de uma greve ativa em seus boletins, amplamente distribuídos nas assembleias. Nesse sentido, chocou com a política de pressão parlamentar das direções sindicais, política que alimentava nos trabalhadores a ilusão de que era possível “convencer” os vereadores, ao mesmo tempo em que transformava a mobilização em trampolim eleitoral.

Esse movimento deixou algumas lições para as lutas que virão: o governo tem como objetivo impor os subsídios e destruir direitos conquistados com luta; as reivindicações do trabalhadores em Educação somente serão atendidas quando houver a unidade com o funcionalismo e com os demais explorados; as assembleias devem ser democráticas; não podemos ter ilusões no Parlamento e nem nas eleições burguesas para resolver nossos problemas; na medida em que a crise do capitalismo se aprofunda, seu peso será jogado nos ombros dos trabalhadores, com o arrocho salarial, a retirada de direitos e destruição dos serviços públicos, com a terceirização e a privatização.

As reuniões de REs e do Conselho do Sinpeem não podem deixar de fazer esse balanço. Cabe aos trabalhadores assimilarem essas lições para que, nas próximas lutas, possam superar os seus obstáculos, como o divisionismo e o corporativismo, o falido método da pressão parlamentar e o eleitoralismo. Os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças, erguer as greves ativas e trabalhar pela mais ampla unidade no campo da independência de classe.

A crise do capitalismo exige dos governos e da burguesia a destruição de direitos, dos serviços públicos e o arrocho salarial

No mês de abril, em vários estados da federação, os trabalhadores dos serviços públicos têm se organizado para arrancar dos governos suas reivindicações. No RS, o ato de 4/4 exigiu melhores condições de trabalho; no PR, a assembleia está marcada para o dia 13/4, mostrando que o salário dos trabalhadores em Educação está defasado em 70%; em SC, após a assembleia com a presença de 5 mil trabalhadores da Educação, deliberou greve a partir de 23/4; no RJ, a assembleia dos professores estaduais de 6/4, separada da dos municipais,

reivindicou aumento salarial e melhoria das condições de trabalho e ensino - a dos municipais trouxe a mesma pauta de reivindicações. Os trabalhadores da Educação federal se encontram em mobilização também.

Como se vê, o quadro de ataques ao funcionalismo é geral. Os governos economizam às custas dos trabalhadores. Mantém o arrocho salarial, a destruição dos serviços públicos e a precarização das condições de trabalho. Nesse sentido, não há motivos para que os movimentos estejam separa-

dos em suas lutas. Cabe à CNTE, CUT, Conlutas etc. unificarem e levantarem a bandeira de um Dia Nacional de Luta. É fundamental que o combate não esteja restrito à Educação ou ao funcionalismo público, mas que se estenda a todos os trabalhadores explorados, com paralisações, grandes manifestações de rua, bloqueios de avenidas, ocupações etc. Somente assim, através dos métodos próprios da classe operária, os trabalhadores conquistarão vitórias e colocarão os governos e patrões em xeque.

Dois anos de guerra na Ucrânia e seis meses de massacre na Palestina Nenhum trabalhador deve ser favorável às guerras de dominação

As guerras são produtos fabricados pelos países imperialistas, estando à frente os Estados Unidos. São prejudiciais ao conjunto dos trabalhadores, pois retiram de parte do seu salário o dinheiro para pagar os grandes fabricantes de armas. Além disso, encarece os produtos de primeira necessidade, piorando ainda mais a vida dos trabalhadores.

O capitalismo em decomposição mostra sua face bárbara ao fomentar as guerras. A guerra na Ucrânia se arrasta por dois anos, comprometendo a economia ucraniana, despejando mortos nos cemitérios e abalando a economia mundial. A guerra é uma expressão dos interesses do imperialismo, principalmente dos EUA, em sua guerra comercial com a China. Utiliza a Ucrânia como bucha de canhão para controlar as maté-

rias-primas e os recursos naturais da região. Financia as armas de destruição em massa, colocando em risco a vida dos trabalhadores e fomenta uma guerra de proporções nucleares.

A Palestina apresenta o mesmo quadro de barbárie. Capitaneada pelo Estado sionista de Israel, enclave do imperialismo no Oriente Médio, pratica uma carnificina sobre os trabalhadores palestinos, principalmente na Faixa de Gaza.

Por isso, o Partido Operário Revolucionário e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) mantêm ativa sua campanha contra a Guerra na Ucrânia e o genocídio sionista na Faixa de Gaza. Defende que somente o movimento das massas, sob a direção da classe operária, pode colocar fim às guerras. ■

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSO O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

